

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Nova onda liberal.....	1
Título: Poda-se... ..	3
VEÍCULO: O Globo.....	4
Título: O custo dos erros da Odebrecht.....	4

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Eliane Cantanhêde

Título: Nova onda liberal

Apesar de relações instáveis e oscilantes com o Legislativo, o presidente Jair Bolsonaro marcou um gol no Judiciário: a licença dada pelo Supremo para que as empresas e bancos estatais vendam ativos sem licitação e sem consultar o Congresso. E, como disse o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, não foi uma vitória só do governo, mas do Brasil.

As privatizações e concessões à iniciativa privada são um dos pilares da política econômica do ministro Paulo Guedes, que, de um lado, joga todas as fichas na reforma da Previdência para detonar o déficit público e, de outro, articula uma abertura crescente ao capital privado para retomar investimentos, aquecer a economia, gerar empregos e renda. Só por ideologia, e não por inteligência e pragmatismo, pode-se insistir no Estado como propulsor da economia.

Aliás, essa tendência começou no governo Collor, avançou com FHC e, com ressalvas, foi mantida por Lula. A fase mais intervencionista e filosoficamente estatizante foi a de Dilma, com suas canetadas gerando desconfiança sobre o cumprimento de contratos e a independência das empresas.

Pela decisão do STF, as "empresas mães", como Petrobrás, Eletrobrás e Banco do Brasil, só podem ser vendidas com licitação e aprovação de leis específicas na Câmara e no Senado. Mas essas empresas têm poder e independência para traçar suas políticas, executar suas estratégias e manter ou não suas subsidiárias, algo natural em países desenvolvidos e liberais.

Desde a campanha, o agora presidente já anunciava a intenção de abrir a economia e chegou a admitir a privatização até da Petrobrás, se não tivesse outro jeito. É muito difícil um governo, mesmo à direita, mesmo ultraliberal, chegar a tanto, mas o País já está maduro o suficiente para separar o joio do trigo. Manter a exploração e o refino com a Petrobrás faz todo sentido. Mas por que a distribuição? E para que manter mais de 30 subsidiárias?

Depois dos votos do relator Ricardo Lewandowski e do ministro Edson Fachin, contra as vendas sem aval do Congresso, quem mais chamou a atenção foi Luiz Roberto Barroso, que resume um personagem em ascensão da cena brasileira: "à esquerda" nas questões de costume e "à direita" na economia. Ou seja, liberal em ambas, enquanto a tal esquerda enferrujada mantém ojeriza à abertura que gera investimentos e empregos e a tal direita insiste numa visão retrógrada e desgarrada da realidade em costumes.

Dá um frio na barriga quando os 11 ministros do STF são chamados a julgar, às vezes a toque de caixa, assuntos altamente complexos, com imenso impacto sobre o País e a sociedade e sobre os quais eles não têm a mínima intimidade. A previsão de votos vai pela ideologia de cada um. Fulano é mais à esquerda? Então vota assim. Sicrano é à direita? Então, vota assado.

Guedes, porém, entrou em campo, deu aulas sobre o que estava em julgamento e, afinal, os ministros, mesmo não sendo economistas, conhecem as leis e estão antenados com a dinâmica do mundo e do Brasil. Não há mais como ignorar o inchaço do Estado e que a máquina, a burocracia, a folha e as aposentadorias devoram os recursos.

Essa é também a percepção do Congresso, onde mais de 70% dos parlamentares vêm acompanhando o voto da liderança do governo. Bolsonaro, porém, abriu um canal direto com o presidente do STF, Dias Toffoli, que ele nunca conseguiu – ou quis – com os da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre. Se fosse para apostar, daria para dizer que nenhum dos 11 ministros é bolsonarista ou simpatiza com o regime. Mas as relações com a Corte andam bem mais fáceis do que com o Legislativo. Aliás, em que pé ficou mesmo o tal pacto?

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Poda-se...

Direto da Fonte

A Prefeitura de SP decidiu comprar briga com a Enel, antiga Eletropaulo. Acusa a empresa de não desligar a energia elétrica para que suas equipes de poda trabalhem em árvores perto de fios de alta voltagem. "Estamos conversando com a Enel, a poda que a empresa promove tem que ser mais completa e mais rápida.

O nosso corte só pode ser concretizado com segurança se a Enel concordar em desligar temporariamente a eletricidade", reclama o subprefeito Alexandre Modonezi.

E isso não estaria acontecendo. Hoje são mais de 600 mil pedidos de poda na fila para 126 equipes existentes.

Poda-se 2

Procurada, a Enel garante que providencia o isolamento do trecho quando solicitada - mesmo porque é ela que faz a poda da árvore em questão. Segundo seu presidente Max Xavier Lins, a empresa, cuja concessão é federal, se responsabiliza pela tarefa somente no caso de árvores tocando a rede elétrica. Em 2017, foram 320 mil podas. Em 2018, 388 mil - com 51 equipes fixas e 56 autorizadas.

Quando a árvore não toca a rede, a responsabilidade da poda é da Prefeitura.

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/06/2019****Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão****Título: O custo dos erros da Odebrecht**

A Odebrecht oscilou como um pêndulo sobre a economia brasileira, nos últimos dias. Seu pedido de recuperação judicial é visto com uma dúvida: o que será o fato detonador? Há anos a empresa que já foi o maior grupo privado do Brasil sangra em praça pública, mas os fatos se precipitaram quando a Atvos anunciou que quebrara e a holandesa LyondellBasell avisou que não quer mais comprar a Braskem, operação que era a tábua de salvação da holding.

Do lado dos credores estão vários bancos privados e públicos. O BNDES tem a receber R\$ 4 bilhões, da dívida de R\$ 40 bilhões da empresa. Os bancos passaram a semana em reuniões para ver a situação de cada um. A Caixa está com poucas garantias. Mas estão todos eles, em maior ou menor grau, expostos: Banco do Brasil, Itaú, BNDES, Santander, Bradesco e Caixa. Em dezembro, 18 bancos fizeram ampla negociação e as ações da Braskem foram dadas em garantia. Sem o comprador holandês, que passou um ano e meio rondando a companhia, as ações caíram 20% e as garantias perderam valor.

A Petrobras estava com tudo pronto como grupo holandês de petroquímica. A estatal é sócia da Odebrecht na Braskem, só que em posição desvantajosa, porque a empreiteira tem 38% do capital total da Braskem, e a Petrobras, 36%. Do capital votante a Odebrecht tem 50% mais 1. A empreiteira tem o controle e o mando. A estatal é, além de sócia, fornecedora de matéria-prima. Desde o começo das conversas da Lyondell, a Petrobras foi procurada. Ainda no governo Temer, a holandesa perguntou se a estatal queria ser só uma fornecedora de matéria-prima ou parte de um grupo global. Nessa pergunta estava implícito um convite de sociedade. No governo atual, a Petrobras deixou claro que preferia exercer seu Tag Along Right, ou seja, o direito de ter suas ações compradas nas mesmas condições do majoritário.

Avisou que iria exercer. Ou seja, a holandesa levaria tudo. E se preparou para continuar sendo supridora, negociando com a Lyondell um contrato de fornecimento de longo prazo. Estava numa boa posição, até que houve a desistência do grupo comprador e tudo voltou à estaca zero. A Petrobras já foi procurada por outros grupos brasileiros e estrangeiros interessados nas ações da Braskem, mas nada tão vantajoso quanto o que estava sendo negociado.

A Lyondell recuou por quê? Motivos não faltaram. As ações que ela estava querendo comprar foram dadas aos bancos em garantia aos empréstimos

concedidos à Odebrecht. Mas o que pegou mesmo foi o passivo ambiental em Maceió. As minas de sal exploradas pela Braskem comprometeram o solo de bairros de Alagoas, Pinheiro, Mutange e Bebedouro, atingindo uma população de mais de 20 mil pessoas.

As chuvas e um tremor de terra fizeram aparecer rachaduras nas casas. O laudo da CPRM, no mês passado, indicou que há uma grande probabilidade de que os problemas tenham sido causados pelas cavidades de extração da sal-gema. Ninguém sabe ao certo qual o tamanho do passivo. A incerteza do custo do desastre ambiental da mineração em área urbana elevou o risco do negócio. A Lyondell deixou uma porta aberta, mas quem acompanha as conversas acha que é muito improvável que ela volte à mesa de negociação. E a gota d'água foi o sal de Alagoas.

Uma empresa que cai nunca é por um motivo só. Os últimos acontecimentos foram os golpes que levaram a Odebrecht para mais perto das cordas. A Atvos, empresa de usinas de açúcar e álcool, ao pedir a recuperação judicial acendeu a luz amarela. O alerta vermelho foi a desistência da compra da Braskem. Os credores já estão pensando no depois, mas terão que amargar grande prejuízo, principalmente os bancos públicos.

A corrupção, descoberta pela Lava-Jato e que levou à prisão do então presidente Marcelo Odebrecht e à delação de 77 executivos, foi um dos erros da companhia. Mas a empresa é um caso a ser estudado pelo avesso em escolas de negócios. O que não fazer. Por óbvio, não corromper políticos achando que saíria ileso. Mas houve outros erros: a família nunca se entendeu, o modelo de negócios ficou ultrapassado, a estrutura era superdimensionada, o grupo entrou em vários negócios longe da engenharia, que é sua vocação. Que fique claro: não foi a Lava-Jato que quebrou a Odebrecht. Ela está vergando ao peso dos seus próprios erros de gestão e de conduta.

MME / ASCOM .